

PAISAGEM, MONUMENTOS E MEMÓRIA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA PARA PENSAR A RELAÇÃO ENTRE PAISAGEM E MEMÓRIA

LANDSCAPE, MONUMENTS AND MEMORY: A THEORETICAL AND METHODOLOGICAL APPROACH TO THINKING ABOUT THE RELATIONSHIP BETWEEN LANDSCAPE AND MEMORY

Ricardo José Bordim Filho¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo principal descrever, analisar e sistematizar os modos e processos pelos quais ocorre a materialização da memória na paisagem cultural a partir da existência dos monumentos. Para isto, é necessário evidenciar as abordagens teóricas e metodológicas sobre os conceitos de paisagem, monumentos e lugares de memória ao longo da produção escrita de geógrafos e historiadores contemporâneos. Sobre a relação entre a paisagem cultural e os monumentos, pode-se destacar as contribuições de: Corrêa (1996, 2005, 2007), Cosgrove (1998), Riegl (2014), Le Goff (1990) e Choay (2001). Para descrever e analisar a possível materialização da memória no espaço, pode-se ressaltar as contribuições de: Halbwachs (1990), Ricoeur (2007) e Barros (2017). O artigo visa um resgate teórico e metodológico sobre a interrelação entre tais conceitos, cuja presença geográfica e histórica possui importância política e simbólica significativa, já que os monumentos presentes na paisagem, bem como suas funções, produzem e reproduzem certas afirmações da memória individual e coletiva de um povo.

Palavras-chave: Paisagem Cultural; Memória, Monumentos; Lugares de Memória.

ABSTRACT

The main objective of this article is to describe, analyze and systematize the modes and processes of memory through which the materialization of existence in the cultural landscape occurs through monuments. For this, it is necessary to highlight the theoretical and methodological approaches on the concepts of landscape, monuments, and memory places throughout the written production of contemporary geographers and historians. Regarding the relationship between the cultural landscape, the contributions of: Corrêa (1996, 2005, 2007), Cosgrove (1998), Riegl (2014), Le Goff (1990) and Choay (2001) can be highlighted. To describe and analyze the materialization of memory, one can learn the contributions of: Halbwachs (1990), Ricoeur (2007) and Barros (2017). The article aims at a historical and methodological rescue on the existence of a historical knowledge among the concepts, whose geographical and historical presence has significant political and symbolic importance, since the monuments presents in the landscape, as well as their functions, produce and reproduce certain statements of the individual and collective memory of a people.

Keywords: Cultural Landscape; Memory, Monuments; Memory Places.

¹ Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP - 2021), graduando em segunda licenciatura em Filosofia pela Faculdade Única do grupo Prominas, Mestrando pelo programa de Pós Graduação em Geografia Humana pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP -2022). rjbfilho@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

A Geografia Humanista propõe a nítida aproximação entre a fenomenologia e o existencialismo nos estudos geográficos. Compreender o espaço é, nesta abordagem fenomenológica, priorizar a percepção, o mundo vivido e a subjetividade dos seres humanos com suas paisagens culturais. A percepção está relacionada à atitude corpórea, é nossa experiência com o mundo. Lembrando-nos desta questão, Merleau-Ponty (1999, p. 14) já dizia: “o mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; estou aberto ao mundo comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável”. O mundo é aquilo que percebemos e aquilo que vivemos. A singularidade de cada povo se manifesta nas paisagens culturais. Assim, os significados das paisagens constroem-se na vivência dos grupos sociais com o mundo, além disso, são, simultaneamente, produto do trabalho e da ideia dos homens. Os monumentos possuem funções nas paisagens culturais. Estes demonstram a memória espacial de um povo, contudo, há um longo caminho para defini-los, analisá-los e compreendê-los como formas de destaque espacialmente situadas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OBJETIVOS

A elaboração deste artigo leva em consideração teórica e metodológica o termo “paisagem-memória”, de Costa (2014). Para Costa (2014), a memória e a paisagem são produtos e produtoras do olhar e do trabalho, neste sentido, a paisagem é o suporte material das lembranças afetivas, dos acontecimentos, dos grupos sociais e dos saberes, carregando as marcas do tempo, ou seja, do movimento da história. A paisagem-memória cumpre o papel de enraizar a identidade, é uma materialidade que tem por função alimentar a subjetividade humana.

A paisagem-memória é um dos “núcleos da tradição, o pressuposto da cultura histórica, no sentido de trabalho produzido e acumulado nos lugares passíveis de serem representados por imagens, reconfigurados por imaginários e cultuados por imaginações” (COSTA, 2014, p. 84). No decorrer da história, o valor e os sentidos da memória e da paisagem modificam-se. Contudo, o que fundamenta a relação entre a memória e a paisagem? Os monumentos poderiam exercer tal função?

O objetivo deste artigo é revisar os modos e processos pelos quais ocorre a materialização da memória na paisagem cultural a partir da existência dos monumentos. Para isto, é necessário partir do estudo das origens e da etimologia do termo “paisagem”, salientando como a noção de “paisagem” se tornou a categoria analítica de “paisagem cultural” na Geografia Humanista, e como tal escola de pensamento nos permite relacionar a paisagem e os monumentos na manifestação da

memória espacial. Por fim, deve-se repassar algumas formas de especializar a memória, não somente pela monumentalização e monumentalidade, mas também, pela criação dos lugares de memória. A construção de uma abordagem paisagem-monumentos-memória necessita deste resgate teórico e metodológico, sendo, fundamentado, principalmente nas obras de autores da geografia: (CORRÊA, 1996, 2005, 2007; COSGROVE, 1998; MORAES, 2005; e SANTOS, 1996) e da história: (RIEGL, 2014; MENESES, 1999; LE GOFF, 1990, CHOAY, 2001; HALBWACHS, 1990; e RICOEUR, 2007).

ORIGEM E ETIMOLOGIA DO TERMO “PAISAGEM”

O conceito de paisagem é, desde o surgimento da geografia como ciência moderna, muito discutido entre as escolas da ciência geográfica. A origem da palavra, bem como sua análise semântica ainda é contraditória, porém, através dos estudos linguísticos da palavra, pode-se almejar uma compreensão de suas utilizações e variações.

A referência mais antiga acerca da representação da paisagem aparece no livro dos Salmos, poemas líricos do antigo testamento, escritos por volta de 1.000 a. C., em hebraico, atribuídos majoritariamente ao Rei Davi. O vocábulo *nofl* (“paisagem”), em hebraico, provavelmente relacionado com *yafe* (“algo maravilhoso”), remete a beleza, evidenciando um traço estético da paisagem (VITTE, 2007). No livro dos Salmos “a paisagem refere-se à bela vista que se tem do conjunto de Jerusalém, com os templos, castelos e palacetes do Rei Salomão” (METZGER, 2001, p. 2).

Esta percepção estética e visual da paisagem persistiu através da literatura e pelas artes, principalmente pela pintura na segunda metade do século XVIII. Para Metzger (2001, p. 2) “além do retrato real da beleza da natureza, os pintores e escritores pré-românticos e românticos, assim como os simbolistas e os impressionistas, retratavam também a paisagem como um reflexo da ‘paisagem interior’, dos sentimentos de melancolia e solidão”.

Claval (2004, p. 13-14) sugere que o termo *landschap* (paisagem) surgiu no século XV, nos Países Baixos, relacionando-se a um pedaço da natureza, tal como vista através de uma janela, um tipo de moldura onde os personagens possuem apenas um papel secundário, pois a paisagem é aquilo que se vê através da janela. Desta maneira, invenção da paisagem no Ocidente se dá através do olhar.

Para Anjos (2011, p. 68):

No Ocidente a paisagem surge dentro de um contexto de transformações sociais e culturais, a modernidade, na qual se destaca a ascensão da burguesia, a laicização da cultura e a

autonomia da Arte – e a invenção da *janela* (assim denominada pelos historiadores da arte), que mostra o mundo e nos situa dentro e fora de sua cena, indicando um novo modo de ver e de se relacionar com o mundo, promovendo, assim, o distanciamento necessário para sua visualização. É o início, portanto, do mundo como experiência visual e como tal, a paisagem estaria associada, indubitavelmente, ao ato de ver.

Bolós I Capdevila (1992, p. 5) ressalta que a *landschap* (paisagem) se desenvolveu como expressão de arte pictórica, na Escola de paisagistas holandeses, o paisagista era, na verdade, o pintor de paisagens, ou seja, aquele que representa uma porção da superfície da Terra e uma imagem numa tela ou no papel.

Desta origem pictórica, afirma-se que paisagem surge sob a forma da arte, da pintura, tornando-se uma das formas essenciais da arte pictural no século XVII. Definitivamente, a visão ocidental de paisagem rapidamente foi considerada como qualquer parte de um *pays* (“região”, “pátria” ou “lugar de nascimento”) que o observador apreende pela natureza. A janela tornou-se um enquadramento, que insere o *pays* na paisagem (CLAVAL, 2004).

Há várias interpretações sobre a criação da paisagem no Ocidente, dentre elas, destaca-se a contribuição de Yves Lacoste nos princípios da Geografia Crítica. Segundo Lacoste (2003, p. 119), as representações da paisagem são ainda mais antigas do que sabemos, como por exemplo, na China e no Japão. Sabe-se sobre longos mosaicos desenhados em rolos, representando montanhas míticas e viagens de aventureiros. Tais representações paisagísticas míticas do Extremo Oriente podem estar nas origens das primeiras representações da paisagem na Renascença, no Ocidente, trazidas pelos mercadores ou pelos monges e inspirando os artistas europeus (LACOSTE, 2003).

Além da rememoração histórica sobre a palavra paisagem, deve-se recorrer à etimologia e origem delas, estas auxiliam no entendimento de uma categoria de análise, pois, acredita-se que “paisagem” apresenta no mínimo duas origens linguísticas europeias distintas, das quais obtemos significados diferentes e pelas quais as grandes escolas de pensamento geográficas iriam se debruçar para a criação dos alicerces metodológicos da nova ciência moderna.

As línguas germânicas relacionaram o termo paisagem com *land*. Ainda no século XVI, surge a primeira evidência desta palavra, que está associada à palavra alemã *landschaft*. O substantivo *land*, significa no contexto do vocábulo, “vilarejo”, ou seja, o singular, o único, o tipo fenomênico, enquanto o sufixo *-schaft* expressa aquilo que possui ligação com o coletivo, que possui um pertencimento ao todo, e por razão desta junção, evoluiu de um vocábulo a um conceito científico chave para a geografia alemã moderna (GUERRA; MARÇAL, 2015).

A partir de *landschaft*, surge *landscape* (inglês). Todavia, as línguas românicas tomaram a derivação do latim *pagus* como origem do termo paisagem. *pagus* significa “país”, com sentido de lugar ou setor territorial. Desta raiz derivam os termos *paisage* (espanhol), *paysage* (francês) e

paesaggio (italiano). Tanto “*paese*” e “*pays*” possuem o mesmo significado (país) e sentido semântico do termo original. Em *landcape*, o termo “*land*” também possui igualmente o mesmo sentido, apesar de se referir a “terra”, também é entendido como uma região, um terreno, uma propriedade rural, uma porção territorial (BARBOSA; GONÇALVES, 2014).

Enquanto no Ocidente, as línguas latinas ou neolatinas relacionavam a paisagem ao território, no Oriente, as línguas orientais definiam-na associada os elementos da natureza, como os vales, as montanhas, os rios entre outros. Todavia, em todos os cantos do mundo, a noção de paisagem estava atrelada à vivência dos indivíduos com seus respectivos espaços, particularmente, com aquilo que eles viam no seu cotidiano.

A PAISAGEM CULTURAL E OS MONUMENTOS: UMA RELAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA

A aplicação da paisagem como categoria científica consolidou-se na Alemanha em pleno século XIX. A categoria alemã *landschaft* foi desenvolvida inicialmente por Humboldt e, posteriormente, por Passarge, Dokuchaev, e Berg. Otto Schluter foi o responsável pela distinção entre a paisagem formada pelas forças da natureza e pelo meio natural (*Naturlandschaft*) e a paisagem formada pela ação humana neste meio natural, resultante da cultura (*Kulturlandschaft*). Schluter fez da paisagem o objeto central da geografia, fato que a Escola Alemã de Paisagem deu continuidade até meados do século XX (BRITTO; FERREIRA, 2011).

Deve-se estabelecer uma teoria da paisagem cultural que permita entender como a morfologia, o simbolismo e a história se articulam no processo de transformação da paisagem, mediada pela produção cultural do homem. A gênese das paisagens culturais modernas carrega consigo não só as marcas da história, mas também a subjetividade que os povos articulam sobre o território.

Frequentemente, os geógrafos optam por iniciar o diálogo entre paisagem e cultura por meio da influência que Carl Ortwin Sauer concretizou nos pressupostos da geografia cultural americana.

Em sua obra *A morfologia da paisagem*, o pai da geografia cultural definiu que “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado” (SAUER, 1998, p. 59). Sob a influência da cultura, mudando através do tempo, o meio (*milieu*) é transformado, a partir do desenvolvimento da ação do grupo cultural, em paisagem cultural.

De acordo com Berque (1998), a própria paisagem pode ser entendida como uma marca, pois expressa uma civilização, ao mesmo tempo que é também uma matriz, devido a sua participação nos esquemas de percepção, de concepção e de ação, ou seja da cultura.

As paisagens culturais podem materializar significados simbólicos, porque são resultado de uma apropriação e transformação da natureza. Esse processo de transformação da paisagem se cruza com a produção simbólica e cultural de um povo, de modo que a paisagem configura-se como uma matriz cultural. Ressaltando em Corrêa (1996, 1996, p. 290): Como matriz cultural as paisagens através de muitos de seus elementos “servem como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos”, contribuindo para transferir de uma geração a outra o saber, crenças, sonhos e atitudes sociais.

Gomes (2001, p. 57) também afirma que “a paisagem evoca significados a partir dos signos e valores atribuídos”. Na relação entre natureza e cultura, “a paisagem é denotada pela morfologia e conotada pelo conteúdo e processo de captura e representação” (GOMES, 2001, p. 56), ou seja, a paisagem é o resultado da apreensão do olhar do sujeito, que possui filtros, tais como: filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, além da rememoração e da lembrança.

A paisagem só existe a partir do sujeito que organiza, relaciona e promove a combinação entre o conteúdo e a forma dos elementos e processos, que compõem o mosaico da paisagem. Além da apreensão do sujeito, a paisagem é, por essência, uma construção política. As mudanças sociais são desafios às concepções preexistentes da natureza, e, são decorrentes das representações simbólicas da sociedade (GANDY, 2004).

Isso deve-se à correlação entre a política e os símbolos sociais. Aqui, “a paisagem é um fator determinante do caráter social e cultural das sociedades, [...] a paisagem é o lugar de sobreposição de jogos de poderes e de símbolos” que influenciam na imaginação dos homens (GANDY, 2004, p. 86).

Entre as décadas de 1950 e 1960, Eric Dardel, precursor da geografia humanista, propõe que a paisagem está ligada àquilo que chama de “geograficidade”. Em *L’Homme et Terre*, Dardel entende a paisagem sendo uma geografia compreendida como “aquilo que permeia o homem”, como ambiente terrestre. Nas palavras de Dardel (2015, p. 31, *itálico do autor*):

A paisagem se unifica em torno de uma tonalidade afetiva dominante, perfeitamente válida ainda que refratária a toda redução puramente científica. Ela coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, ou, se preferirmos, sua *geograficidade* original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização.

Já nos anos 1970 e 1980, produzindo uma geografia de inspiração fenomenológica, Tuan (2005) defendia que desde o século XVII, o termo paisagem é tomado como uma construção da mente e uma entidade física mensurável, de tal forma que diz respeito tanto aos estados psicológicos quanto ao meio ambiente concreto.

O espaço vivido se torna uma categoria fundamental para estes estudiosos da Geografia Humanista. Tuan (2012, p. 135-136) estabelece que o homem cria um vínculo com este espaço vivido e com os lugares que habita, o autor ainda cria um neologismo chamado de topofilia, este definido como a inclusão de “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”.

Durante a renovação da Geografia Cultural, que em grande parte dá continuidade nos métodos enaltecidos pela Geografia Humanista, o geógrafo britânico Denis Cosgrove destacou-se pela sua própria interpretação das paisagens. Durante os anos 1980, procurou abordar a simbologia das paisagens através de um quadro teórico inspirado no marxismo. Decodificando as paisagens em duas categorias: as paisagens da cultura dominante e as paisagens alternativas, a primeira exerce o poder dos grupos dominantes, enquanto a segunda seriam as paisagens residuais, emergentes ou excluídas.

Para Cosgrove (1998), o local é dotado de complexidade com múltiplos patamares de significados, o local é um lugar simbólico, culturas podem se encontrar ou guerrear neste local. Os lugares são dotados de cultura e simbolismo, assim como os objetos que compõem a paisagem. O objeto natural foi transformado em objeto cultural, pois fora-lhe atribuído um significado.

Cosgrove (1998, p. 98) afirma que: “a paisagem sempre esteve intimamente ligada, na geografia humana, com a cultura, com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da Terra e com a sua composição”. A paisagem é defendida nos estudos de Cosgrove como uma “maneira de ver” e de viver no mundo.

Partindo para uma abordagem crítica, Moraes (2005, p. 25) afirma que “a paisagem humana é o resultado de uma dialética entre matéria e ideia”. É ao mesmo tempo, um resultado e o alimento dos projetos de produção espacial; um registro de época e um documento de cultura. Suas formas, criadas pela articulação da teleologia e causalidade, permitem, uma interpretação enquanto símbolo de uma cultura e uma época, pois, no espaço, o homem projeta sua subjetividade.

Acerca desta escola de pensamento crítica, Santos (1996, p. 75) atribui a paisagem como “o conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço”. Logo, a paisagem é uma materialização de um determinado instante da sociedade, contendo formas, funções, cores, movimento, história etc.

Para Santos (1985, p. 73), “cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente”. O tempo passa, mas a forma continua a existir. Ao analisar a paisagem é preciso entender o passado técnico das formas. Tal durabilidade das formas tornam a paisagem um legado para os tempos futuros. Por isso, tomando por esta base, estudar a paisagem é similar a uma escavação arqueológica. Em toda época, a paisagem é formada por camadas de formas remanescentes de períodos anteriores (rugosidades), embora pareçam integrados perfeitamente ao presente, em decorrência das mudanças de funções e valores que sofreram ao longo do processo (tempo) e das estruturas. (SANTOS, 1985, p. 73-75).

Ao compreender a produção de um novo contexto material que altera a forma/paisagem e introduz valores, funções e objetos, deve-se também abstrair os conteúdos das formas e dos objetos, pois estes, estão inseridos e contextualizados num sistema de valores, imbuídos de significações e intencionalidades (LUCHIARI, 2001, p. 12-13).

Para Luchiari (2001, p. 13-14):

Em cada época, o processo social imprime materialidade ao tempo, produzindo formas/paisagens. As paisagens construídas e valorizadas da sociedade revelam sua estrutura social e conformam lugares, regiões e territórios. A paisagem é a materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas. [...] A produção de um novo contexto material altera a forma/paisagem e introduz novos objetos, funções, valores e intencionalidades.

Abordar as historicidades da paisagem em suas formas torna-se evidente a necessidade de ler as marcas da história, deixadas pelos povos que ali viveram. A paisagem, como dita anteriormente, está submetida a constantes processos de transformação, tornando-a “instável”, ou seja: dinâmica. De acordo com o tempo humano e considerando o homem e a paisagem como indissociáveis, Meneses (1999, p. 36) revela que “podemos afirmar que a paisagem tem história, que ela pode ser objeto de conhecimento histórico e que essa história pode ser narrada”. Isso se deve ao fato das marcas humanas, cicatrizadas nas paisagens, podem servir como pistas materiais, que permitem perceber o caráter histórico da paisagem.

Segundo Meneses (1999, p. 32) “não há paisagem sem observador. A percepção visual é, desta forma, uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem”. Notamos que a dimensão da percepção é quase sempre atrelada ao conceito de paisagem, aquilo que chega aos nossos sentidos, principalmente por meio da percepção visual. Sob esta ótica, cada observador é seletivo ao olhar. Meneses (1999, p. 32) ainda ressalta que a paisagem “deve ser considerada como objeto de apropriação estética sensorial”, portanto, é dotada de uma materialidade apreendida pela percepção.

Da mesma forma que a paisagem cultural pode contribuir para transferir saberes de uma geração para outra, através dos conhecimentos, valores ou símbolos, que são dotadas (CORRÊA, 1996), os monumentos também podem transmitir estas mensagens de forma simbólica (CORRÊA, 2005). Estas formas específicas da paisagem são criadas para atender diversas exigências sociais, políticas e culturais.

Corrêa (2007) ressalta a importância dos monumentos na análise geográfica quando são acessíveis à maioria da população, gerando material pelo qual a afirmação e contestação política pode se manifestar, comunicando mensagens e generalizando-se. Os monumentos possuem funções, podem se destacar, dentre elas:

- i** – Perpetuar antigas tradições consideradas positivas, tanto para o presente como para o futuro.
- ii** – Fazer parecer antigo aquilo que é novo e considerado necessário para o presente e o futuro. A força da tradição, mesmo inventada, asseguraria alcançar os objetivos desejados.
- iii** – Transmitir valores de um dado grupo como se fossem de todos. Esses grupos podem ser religiosos, étnicos, raciais e sociais.
- iv** – Afirmar a identidade de um grupo religioso, racial ou social. Neste caso, como no anterior, relações de poder estão presentes na concepção e construção de monumentos.
- v** – Glorificar o passado, acentuando os seus valores, pensando no presente e mesmo no futuro.
- vi** – Sugerir que o futuro já chegou, sendo portador de novos sentidos, vinculados, via de regra, ao progresso e à harmonia social, construídos pelos grupos socialmente poderosos do presente.
- vii** – Criar “lugares de memória”, cuja função é a de coesão social em torno de eventos de um passado comum (CORRÊA, 2007, p. 10).

Os monumentos são, antes de tudo, intencionalmente dotados de um sentido político. E atribuem tal sentido à uma paisagem cultural. Traçando uma relação entre a identidade e o poder, sintetizam complexos significados, sobressaindo como objetos centrais da paisagem. Por este motivo, os monumentos não são as paisagens, são elementos que se destacam na paisagem cultural, a partir de Corrêa (2005): “as paisagens e os lugares são parte da espacialidade dos monumentos”.

Estes elementos condensam um valor político na paisagem, são objetos de plurivocalidade, que conferem aos mesmos o sentido político por meio da celebração e contestação. Corrêa (2005) ainda afirma em sua análise:

É essa plurivocalidade que opõe celebração e contestação, que é o reflexo de leituras distintas de uma mesma forma material, expressando diferenças por vezes profundamente antagônicas – é essa plurivocalidade que dá sentido político ao estudo dos monumentos. Mais do que artefatos estéticos, eles são objetos em torno dos quais diversos conflitos podem se dar (CORRÊA, 2005, p. 14).

Deste modo, os objetos de celebração e contestação assumem um sentido político por via dos monumentos e, geralmente, são partes integradas de um fortalecimento de identidades

nacionais, ou seja, “os monumentos podem ser portadores de um sentido identitário nacional” (CORRÊA, 2005, p. 18).

Grande parte deste sentido identitário nacional fora edificado durante e modernidade. O primeiro a buscar uma definição para o conceito de monumento na modernidade foi Alois Riegl. Em 1903, publicou *Der moderne Denkmalkultus, sein Wesen seine Entstehung* (O Culto Moderno dos Monumentos, a sua Essência e a sua Origem). Riegl (2014, p. 31), define o monumento a partir de seu sentido original, como uma obra criada pela mão do homem e elaborada para manter sempre presente na consciência das futuras gerações certas ações humanas e/ou destinos.

É elementar o entendimento subjetivo dos monumentos, pois “seu significado e importância não provêm de sua destinação original, mas daquilo que nós sujeitos modernos atribuímos a eles” (RIEGL, 2014, p. 36).

Le Goff (1990, p. 486) afirma: “o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva).” Os monumentos reforçam os testemunhos vivos das sociedades históricas.

Choay (2006, p. 17-18) também define o monumento a partir do sentido original do termo em latim *monumentum*, que deriva de *monere* (“advertir” ou “lembrar”), ou seja, aquilo que traz alguma lembrança. A função do monumento é de advertir, tocar através da emoção, ser uma memória viva. Choay (2006, p. 18) afirma que “chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”.

Além de serem produzidos pelas mãos humanas, os monumentos também são o resultado do processo de monumentalização das paisagens culturais. Num dado momento histórico e a partir das práticas sociais, algum elemento da paisagem se destaca perante todos os demais que estão ali inseridos. Estes elementos, ao se destacarem e tornarem-se monumentos, assumem significados dispersos no espaço do qual se localizam. Meneses (1999) simplifica esta construção sob a seguinte declaração:

Na verdade, muitas vezes a consideração da paisagem como patrimônio se fez pelo processo de monumentalização. A monumentalização toma elementos da paisagem e os transforma em fetiches, por assim dizer sacralizados, dotados de valores próprios, como se fossem autônomos, imutáveis, independentes das contingências da vida sociocultural, independentes, também, do próprio contexto ambiental. O monumento é sempre algo que seu entorno não é. Ao sobressair, o monumento assume, sozinho, os significados dispersos no espaço de que se faz parte (MENESES, 1999, p. 50).

Já a monumentalidade é, para Baêna (2013, p. 28) “o confronto do homem com o espaço construído”. Nesta inter-relação, a monumentalidade desperta uma abstração do monumento, o

glorificando e imortalizando através do tempo, que, sob tal forma de qualidade espiritual inerente, se define como “uma qualidade abstrata de algo grandioso que nos transcende, emociona e marca” (BAÊNA, 2013, p. 28).

O monumento traz consigo uma carga simbólica, uma abstração, que revela assim sua monumentalidade, a qual atua fortemente sob o imaginário social. Para Rodrigues (2001, p. 4), “os avisos instrutivos simbolizados no momento, por sua vez, são ditos através de um monólogo: o monólogo do poder”. O monumento assume o papel de transmitir ideologias dominantes, através dos símbolos, ao longo da história das sociedades; sobretudo, essa transmutação, ocorre principalmente em obras arquitetônicas.

O monumento é uma criação humana, que simboliza o poder de uma época histórica, é, portanto, uma memória viva de outros tempos (BAÊNA, 2013). Tais monumentos articulam a materialidade do espaço e a memória coletiva.

A memória coletiva, como “um sistema organizado de lembranças cujo suporte são grupos sociais espacial e temporalmente situados” (MENESES, 1992, p. 15), assegura a coesão e a solidariedade do grupo, formando uma série de redes de inter-relações estruturadas, ganhando importância nos momentos de crise e pressão. Evidentemente, não é espontânea, e deve ser permanentemente reavivada para manter-se (MENESES, 1992).

A partir das funções que os monumentos assumem numa paisagem cultural, pode-se considerar que as manifestações da memória coletiva passam por um processo de espacialização. A memória evocada pelos monumentos, estes que estão presentes nas paisagens culturais, acaba por materializar-se no habitat humano, ou seja, na vivência dos grupos sociais que, decidem culturalmente, como, qual, quando e onde a memória-paisagem se afirmará como lugar de memória.

DA ESPACIALIZAÇÃO DA MEMÓRIA AOS LUGARES DE MEMÓRIA

Maurice Halbwachs (1990, p. 143) afirma que “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. Quando um grupo social se insere num espaço, ocorre a transformação do próprio espaço à imagem daqueles que o transforma, simultaneamente, ao encontro que o grupo social se sujeita e se adapta aos objetos materiais. Com isso, o entorno material leva as marcas desse grupo, e de outros que ali estão. Não se constitui numa simples harmonia e correspondência física entre o aspecto dos lugares e das pessoas, cada objeto que vemos, bem como o lugar que ocupam num conjunto, nos lembram uma “maneira de ser” comum a muitos homens, e ao analisar esse conjunto, foca-se o olhar nas partes que o compõem, como se

estivesse dissecando um pensamento onde as relações de uma certa quantidade de grupos se confundem (HALBWACHS, 1990).

Neste encontro de percepções, as formas dos objetos que nos cercam possuem significações. Significações para o grupo, que dizem respeito a coletividade, pois, “não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio” (HALBWACHS, 1990, p. 133).

O lugar habitado recebe a marca do grupo, tal imagem projetada no meio pelos homens revela que as imagens espaciais edificadas nas paisagens desempenham um papel na memória coletiva, que na realidade, é a memória coletiva que se sustenta sobre as imagens espaciais. Para Halbwachs, a cidade expressa tal argumento:

Sem dúvida, a diferenciação de uma cidade resulta na origem de uma diversidade de funções e costumes sociais; mas, enquanto o grupo evolui, a cidade, em seu aspecto exterior, muda mais lentamente. Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais. Com efeito, as cidades se transformam no curso da história (HALBWACHS, 1990, p. 136).

Conclui-se que os homens necessitam fixar suas ideias numa base material: no espaço, na paisagem e nos lugares. As imagens espaciais estão enraizadas à memória coletiva, que, por sua vez, se desenvolve no espaço. Pois aquilo que se vê na paisagem é durável, ou necessita-se ser eterno. Assim, torna-se uma realidade social, na medida em que recuperar o passado, conservado no meio material. Atingir as significações da memória coletiva é possível quando pensa-se nos grupos humanos que vivem muito tempo em um lugar adaptado aos seus hábitos, não somente os seus fluxos e movimentos, todavia também suas ideias, que se “regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores” (HALBWACHS, 1990, p. 136).

A paisagem e a memória coletiva também podem se conectar socialmente através dos lugares de memória. A problemática dos lugares, esclarecida por Pierre Nora em sua obra *Les lieux de mémoire*, propõe que os lugares de memória são os espaços onde a memória se cristaliza. São os lugares cujo domínios memoriais são: simples e ambíguos, naturais ou artificiais. Detentores de um caráter material, simbólico e funcional, os lugares de memória só existem onde a imaginação os reveste com uma aura simbólica (NORA, 1993).

A memória pendura-se em lugares carregados de significados. Contraditórios, que se concretizam sobre um paradoxo: um lugar de excesso, fechado sobre si próprio, sobre sua identidade, e, recolhido sobre seu nome, mas sempre aberto sobre a extensão de suas significações. Atuam numa rede articulada de diversas identidades, uma inconsciente organização da memória

coletiva que cabe-nos tornar conscientes de si mesma; tais lugares são o momento de história nacional (NORA, 1993).

Le Goff (1990, p. 432-433), nota que o conceito de memória coletiva para Pierre Nora significa “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”. Le Goff (1990), também faz reverência aos lugares de memória de Nora, explicando-os como uma infinidade de lugares que pertencem aos domínios da memória coletiva, são estes:

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história (LE GOFF, 1990, p. 433).

Monastirsky (2006, p. 26) afirma que “o lugar de memória é aquilo que se permite ser diferente ou complementar à história. Possui uma representatividade própria, identidade única”. O lugar de memória, ao apresentar uma memória coletiva, pode reafirmar uma memória individual, explicando porque, em muitos casos, tais lugares só possuem um valor simbólico cristalizado para os membros de um grupo diretamente ligados a ele. Esse processo não é necessariamente irrepreensível e inquestionável, mas pode ser afirmado legitimamente.

Tais lugares não existem espontaneamente, eles necessitam da intenção dos grupos humanos. Além de sua essência mnemônica, eles contemplam o resultado do conflito entre o saber institucional, o poder público e os diversos segmentos da sociedade, que por sua vez, possuem um embate próprio (MONASTIRSKY, 2006).

Barros (2017, p. 19) afirma: “onde existe o humano, pode se dizer que a Memória se estabelece, gerando os seus lugares”. São esses os símbolos, monumentos, as paisagens, o patrimônio, o território, a Pedagogia com suas enciclopédias e dicionários, as heranças como santuários régios e as relíquias monásticas e, até mesmo, a própria língua, que realizam a memória sob si mesmos ao trazerem os traços dos grupos específicos e da humanidade em sua totalidade (BARROS, 2017).

De acordo com Ricoeur (2007), a transição entre a memória individual e a memória dos lugares depende dos atos de orientar, deslocar e, acima de tudo, habitar a superfície terrestre. Quando os grupos humanos habitam o espaço terrestre observamos que há certa tendência em retomar lembranças da experiência espacial vivida, principalmente ao viajar e visitar lugares memoráveis.

Ao também evocar o fenômeno dos lugares de memória, Ricoeur (2007, p. 58) afirma “os lugares ‘permanecem’ como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos”. Ricoeur

trata do assunto também como objeto de estudo da geografia, porém, o autor afirma que o vínculo entre a lembrança e o lugar se estabelece numa difícil problemática que cresce na medida em que articulamos a memória e a história. Tal problemática é o grau de originalidade do fenômeno de datação, paralelamente ao problema de localização. A datação e a localização, neste caso, são “fenômenos solidários que comprovam o elo inseparável entre a problemática do tempo e a do espaço” (RICOEUR, 2007, p. 58).

A paisagem aparece como ponto de encontro entre os lugares e a função memorial. É necessário habitar, dar um sentido de espacialidade sobre a concepção abstrata do espaço geométrico; a espacialidade vivida é o que dá origem ao lugar de memória. Habitar pressupõe a mais completa ligação humana entre a data e o lugar, deste modo, os lugares são memoráveis, por excelência (RICOEUR, 2007). Para Ricoeur (2007, p. 59): “os mais memoráveis dos lugares não pareceriam capazes de exercer sua função de memorial se não fossem também sítios notáveis no ponto de interseção da paisagem e da geografia”.

A partir da memória compartilhada o sujeito passa gradativamente à memória coletiva e suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela cultura. A noção de lugares de memória decorre dessas experiências vividas com os lugares. O espaço habitado reflete a noção de inscrição da memória coletiva. O ato de abitar situa-se nos confins do espaço vivido e do espaço geométrico, correlacionando-se ao ato de construir, produzindo desta maneira, um terceiro espaço. “Esse terceiro espaço pode ser interpretado tanto como um quadriculado geométrico do espaço vivido, aquele dos ‘locais’, quanto como uma superposição de ‘locais’ sobre a grade das localidades quaisquer” (RICOEUR, 2007).

Por fim, não somente a paisagem, mas também os lugares de memória devem ser tomados como conceitos de estudo da geografia, na medida em que os monumentos possam ser entendidos como marcas da memória coletiva no espaço habitado. Além disso, o processo histórico deve ser notado, pois, em muitos casos, é responsável pela produção, conservação ou destruição destes monumentos. Para Ricoeur (2007, p. 159-160), “os monumentos se destacam contra um fundo de demarcação”, assumindo a possibilidade de tornar-se material de estudo para a fenomenologia da memória dos lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscou-se evidenciar que os monumentos não são meros objetos presentes na paisagem cultural, destituídos de significações. Estes são centrais e reveladores das funções da paisagem cultural. Isto se deve ao fato de eles indicarem um passado a ser

constantemente lembrado. Seja para o bem ou para o mal, os monumentos são dotados de sentidos políticos e simbólicos produzidos pela evocação das memórias individuais e coletivas. Nunca são indiferentes, pois acabam por induzir a percepção humana a um passado específico, muitas vezes mítico ou romantizado, mas, sempre politizado. A memória é extremamente dependente do tempo, para fazer lembrar e esquecer, contudo, é também vinculada ao espaço produzido pela sociedade. O espaço auxilia no ato de lembrar, justamente quando os monumentos estão centralizados nas paisagens culturais e, ainda mais evidentes nos lugares de memória. Paradoxalmente, estes objetos paisagísticos se apresentam como indiferentes ou dispensáveis, contudo, estão indefinidamente contribuindo para transferir saberes de uma geração para outra, através dos conhecimentos, valores ou símbolos, mensagens ocultas, ideologias e visões do passado que se deseja lembrar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Melissa. Algumas considerações geográficas sobre monumentos. **Albuquerque: revista de História**, v. 3, n. 5, p. 65-79, 2011.

BAÊNA, Maria. Teresa. Abreu, Sanches de Melo. **A monumentalidade na arquitectura: confronto com três obras contemporâneas**. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes. Tese de Mestrado. Lisboa, 2013.

BARBOSA, Liriane. Gonçalves.; GONÇALVES, Diogo. Laercio. A paisagem em geografia: diferentes escolas e abordagens. **Élisée, Rev. Geo.** v. 3, n. 2, p. 92-110, 2014.

BARROS, José. D'Assunção. Tempos e lugares da memória – Uma relação com a História. **Historiæ**, Rio Grande, 8 (1): 9-30, 2017.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 84-89.

BOLÓS I CAPDEVILA, M. **Manual de ciencia del paisaje: teoría, métodos y aplicaciones**. Barcelona: Masson, 1992.

BRITTO, Monique. Cristine; FERREIRA, Cássia de. Castro. Martins. Paisagem e as diferentes abordagens geográficas. **Revista Geografia**, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2011.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato.

ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 13-75.

CORRÊA, R. L. "A dimensão cultural do espaço: alguns temas". In: **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 287-300.

CORRÊA, R. L. Uma sistematização da análise de monumentos na geografia. **Terra Plural**, Ponta Grossa, n. 1, p. 9-22, 2007.

CORRÊA, Roberto. Lobato. Monumentos, política e espaço. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005, p. 9-39.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12-74.

COSTA, Everaldo, Batista da. Paisagem-Memória e função social da fotografia. In: STEINKE, V. A.; JUNIOR, D. F. R; COSTA, E. B. **Geografia e Fotografia**, Brasília: LAGIM/UnB, 2014.

COSTA, Everaldo, Batista da.; SCARLATO, Francisco, Capuano (coord). **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial**. São Paulo: Humanitas, 2011.

COSTA, Otávio. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. In: **Espaço e Cultura**, n. 15. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 2003.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DOMINGUES, A. A paisagem revisitada. **Finisterra**: Lisboa, v. 34 (72), p. 55-66, 2001.

FIGUEIREDO, Lauro. Céasar. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 1. 2013.

GANDY, Matthew. Paisagem, Estética e Ideologia. In: CORRÊA, Roberto Lobato.

ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 75-91.

GOMES, E. T. A. Natureza e cultura – representações na paisagem. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

GUERRA, A. J. T; MARÇAL, M. D. S. **Geomorfologia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice: 1990.

LACOSTE, Y. Para que serve a paisagem? O que é uma bela paisagem? **Boletim Paulista de Geografia**: São Paulo, v. 79, p. 115-150, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 9-29.

MELO, Vera. Mayrinck. A Paisagem e Simbolismo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 29-48.

MENESES, Ulpiano. T. Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**. SP, 34:9-24, 1992.

MENESES, Ulpiano. T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 29-64.

MENESES, Ulpiano. T. Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais”. In: YAZIGI, E; CARLOS, A. F. A; CRUZ, R. C. A. (orgs). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagens? **Revista Biota Neotropica**, Vol. 1, números 1 e 2, p. 1-9, 2001.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Ferrovias: Patrimônio Cultural**: estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos campos Gerais (PR). Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC/CFH/PPGGeo, 2006.

MORAES, A.C.R. **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política** no Brasil. São Paulo: Anna Blume, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História**, São Paulo PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos, a sua Essência e a sua Origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Cristiane. Moreira. Cidade, monumentalidade e poder. **GEOgraphia**. Niterói: UFF/EGG, ano III, n. 6, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Edusp, 1985.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia.** São Paulo: Edusp, 1988.

SAUER, Carl O. A Morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato.

ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12-74.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo.** São Paulo: Unesp, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** Londrina: Eduel, 2012.

VITTE, Antonio. Carlos. O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física. **Mercator**, v. 06, n. 11, 2007.